

## **Movimento negro e “democracia racial” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro\***

Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira\*\*

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 45% da população brasileira (cerca de 80 milhões) é composta de negros (pretos e pardos). Sua distribuição entre as diferentes camadas sociais, contudo, está longe de ser equilibrada: entre os 10% mais pobres da população brasileira, 70% são negros, e entre o 1% mais rico, apenas 8% são negros.<sup>1</sup> Essa desigualdade tem implicações importantes para se pensar a questão racial no Brasil.

O racismo no Brasil guarda especificidades em relação a outros países, como a África do Sul e os Estados Unidos, por exemplo. Isso faz com que o movimento negro no Brasil também seja específico, embora tenha recebido influências das lutas pela libertação nos países africanos e pelos direitos civis nos EUA. O grande desafio do movimento negro brasileiro, especialmente a partir da década de 1970, foi enfrentar o “mito da democracia racial”, que ganhou força principalmente após a publicação do clássico *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933. Segundo esse mito, as relações de raça no Brasil seriam harmoniosas e a miscigenação seria a contribuição brasileira à civilização do planeta. Seguindo essa linha de pensamento, como não haveria preconceito de raça no Brasil, o atraso social do negro dever-se-ia exclusivamente à escravidão (e não ao racismo). Completa esse argumento o fato de as Constituições brasileiras elaboradas a partir da abolição da escravidão nunca terem diferenciado os cidadãos por raça ou cor, ao contrário do que acontecia nos

---

\* Trabalho apresentado no painel “Movimento negro e democracia racial no Brasil”, durante a III Conferência Bienal da Associação para o Estudo da Diáspora Africana Mundial (The Association for the Study of the Worldwide African Diaspora - ASWAD), realizada em 5, 6 e 7 de Outubro de 2005, no Rio de Janeiro, Brasil.

\*\* Verena Alberti, formada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e doutora em Teoria da Literatura pela Universidade de Siegen (Alemanha). Coordenadora do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Autora de *O riso e o risível na história do pensamento* (Rio, Editora FGV & Jorge Zahar, 1999, 2ª ed. 2002); *Manual de História oral* (Rio, Editora FGV, 2004), e *Ouvir contar: textos em História oral* (Rio, Editora FGV, 2004). Amilcar Araujo Pereira, formado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ambos são pesquisadores do projeto “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>1</sup> Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) et al. *1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: Texto-base*. Brasília, Governo Federal, março de 2005.

EUA e na África do Sul. Como lutar contra o racismo se o racismo “não existia”? – esse era um dos principais problemas que se apresentavam aos militantes do movimento negro na década de 1970.

O presente trabalho tem por finalidade examinar essa questão à luz das entrevistas com lideranças do movimento negro no Brasil realizadas no contexto do projeto “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, desenvolvido a partir de setembro de 2003 pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, com apoio do South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, e do Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. O acervo constituído conta atualmente com 70 horas de entrevistas gravadas com 25 lideranças de diferentes estados do país, as quais serão objeto da análise.

O objetivo é verificar, à luz das entrevistas gravadas até o momento, como se constituiu o que hoje se chama o “movimento negro contemporâneo”, quais foram suas estratégias e suas formas de atuação, na década de 1970 e no começo dos anos 80. Que influências e acontecimentos são considerados, hoje, decisivos pelas lideranças? Para isso, estaremos nos voltando principalmente para a análise das entrevistas daqueles(as) que tiveram atuação nesse período inicial – poderíamos dizer, daqueles(as) que “fundaram” propriamente o movimento negro contemporâneo. Como nossa pesquisa está em andamento, o resultado desta análise é preliminar, principalmente porque ainda não conseguimos ouvir todas as lideranças que atuavam na virada dos anos 70 e 80, no Brasil. Apesar dessas limitações, o escopo que serve de base para o presente texto é bastante representativo, pois inclui pessoas de diferentes regiões, como Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Sergipe, por exemplo.

É sabido que um dos marcos principais de inauguração do movimento que se constituiu nos anos 70 e 80 foi o ato público contra o racismo, em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista. Esse ato acabou resultando na formação, no mesmo ano de 1978, do Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que existe até hoje e cuja formação parece ter sido responsável pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento.

Em nossas entrevistas procuramos saber o que aconteceu antes e depois deste e de outros marcos importantes para o movimento negro contemporâneo. Um ato público na capital paulista em pleno governo Ernesto Geisel (segundo alguns entrevistados, o primeiro ato público no centro da cidade após a decretação do AI-5) não é fácil de organizar. Qualquer ato público necessita de articulações prévias, e é claro que as entidades e ações que vinham se constituindo desde o início da década de 1970 foram fundamentais para o seu sucesso. Jornais como *Árvore das Palavras*, *Sinba* e

outros e entidades como o grupo de teatro Evolução, no interior de São Paulo, o grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, o Centro de Estudos de Arte Negra (Cecan), em São Paulo, o bloco afro Ilê Ayê, em Salvador, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), no Rio, o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), em São Gonçalo, no Rio, e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Faculdade Cândido Mendes, também no Rio, entre outras, surgiram todas na década de 70, antes de 1978. O que motivou a sua formação? Como atuavam? Como conseguiram se articular e tomar conhecimento umas das outras?

Em nossas entrevistas percebemos algumas recorrências no que diz respeito a essa “fundação” do movimento negro contemporâneo. É o caso, por exemplo, das experiências de rompimento com o mito da democracia racial. Observamos que, em muitos casos, essas experiências ocorrem, primeiro, em âmbito pessoal, para, em seguida, se transformarem em formas de luta para a sensibilização de outros negros e de brancos. Com relação às experiências de âmbito pessoal destacam-se, de um lado, a consciência da negritude (reconhecer-se e valorizar-se como negro) e, de outro, a consciência da discriminação em uma sociedade na qual a inferiorização do negro se dá de forma muitas vezes velada e sutil.<sup>2</sup> É interessante verificar que, nos anos 70, muitas vezes a consciência da negritude em âmbito pessoal se mescla com uma tomada de posição política, levando a atitudes que, nos dias de hoje, possivelmente já não têm o mesmo peso. Como o simples ato de comprar uma revista, por exemplo, descrito por Carlos Alberto Medeiros, militante do movimento negro desde a década de 1970:

Eu passava na Rio Branco e via revistas nas bancas de jornais, revistas estrangeiras, e havia uma revista de que eu já ouvia falar no Rio Grande do Sul, (...) a *Ebony*. Eu passava e via a revista, tinha até alguma curiosidade. Mas é interessante isso: até para comprar a revista a primeira vez, eu tive que romper com alguma coisa. Porque você comprar uma revista de negros tinha um significado de identificação. Eu passava, via, já tinha um domínio do inglês que dava para ler. Até que um dia eu comprei. E era final de segunda metade de 1969, a época em que estava aquela coisa do cabelo afro. (...) E não era só o cabelo, você tinha ali os textos falando das coisas que estavam acontecendo lá. A revista é uma revista voltada para a classe média negra, mas que naquele momento também estava muito mobilizada. Então você tinha lá os artigos, você tinha debates: separação ou integração. E eu conseguia perceber que, embora muita coisa fosse específica, tinha ali muitas coisas com as quais eu podia me identificar plenamente com a situação do Brasil.

---

<sup>2</sup> Tivemos oportunidade de tratar dessa questão em outro texto. Ver “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, trabalho apresentado no grupo temático “Identidade negra e reconhecimento”, durante o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros “Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas”, realizado em São Luís, na Universidade Federal do Maranhão, de 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br).

Andar com cabelo afro quando ninguém fazia o mesmo também tinha um significado especial nessa virada dos anos 70-80. Maria Raimunda Araújo, uma das principais referências do movimento negro do Maranhão desde os fins da década de 1970, relata sua experiência ainda durante o final da década de 1960 na cidade de São Luís, após retornar de uma viagem de férias ao Rio de Janeiro. A riqueza do relato de Mundinha Araújo, como também é chamada, justifica a extensão da citação:

(...) foi no final dos anos 1960, que já estava o movimento black Rio: na Zona Norte, eles já estão todos com aqueles cabelos enormes, passavam perto de mim e cumprimentavam... Pronto, aí eu comecei a ver que eu estava relacionada de fato com uma comunidade. E achando aquilo muito bonito. Mas eu disse: “Mas no Maranhão...” Porque eu ia para o Rio e passava uns três meses, porque professora tinha uns três meses. Quando retornei, o cabelo já estava bem carapinha. Aí foi um choque. Eu acabei sendo a primeira mulher negra a usar o cabelo assim natural. Aí sim...

*Pergunta* – Chamava a atenção da rua inteira.

Chamava a atenção e eu era agredida. Me davam vaia na rua: “Êh mulher, de onde saiu isso?” “É Toni Tornado?” Eu preciso saber o ano em que Toni Tornado apareceu no festival com o cabelo *black power*, porque eles me chamavam de Toni Tornado: “Toni Tornado, vai alisar esse cabelo!” E eu era tímida. O magistério tinha me libertado para o fato de comunicar com mais desembaraço. Mas eu era tímida. Eu disse: “Nossa, e agora?” Mas nunca pensei, nenhum momento, em alisar o cabelo. Estudava na Aliança Francesa, era na Gonçalves Dias aqui em São Luís, e eu tinha que descer uma longa rua, que era a rua dos Remédios. Tinha o colégio particular, que era o colégio São Luís. Bastava ter um aluno na janela ou pela porta, e me via de longe. Aí eles vinham chegando para a porta e para janela, quando eu tinha que passar na porta do colégio, já estava aquela aglomeração só para me ver e dar vaia: “Êh diabo, vai alisar esse cabelo!” “O que é isso, é o cão?” E eu tinha que enfrentar isso, não sei quantos dias durante a semana, mas nunca mudei de rua. Eu poderia ir pela outra rua para não passar na porta do colégio. Eu dizia: “Não. É o meu cabelo. Eu não vou deixar que esses moleques me abatam.” Mas aquilo incomodava. Incomodava. Até então eu era uma pessoa anônima, ninguém me olhava. De repente toda cidade te olha. Tu vais para o cinema – ainda sou da geração em que todas as pessoas iam para o cinema. E agora eu comecei mesmo a me impor: eu passava pelo meio, entre as fileiras e ia até lá na ponta. Porque quando eu via que eles iam começar a virar todos para olhar na hora em que eu sumia no salão, eu dizia: “Deixa eu fazer logo o desfile para eles me olharem.” Aí eu ia lá como se estivesse procurando lugar, até que achava um lugar e sentava. Se ia para a rua do Comércio e entrava em uma loja, quem estava vendendo parava de vender, quem estava comprando... Horrível! Naquela época. E desde aí tem gente que fala: “Tu passa perto da

gente e nem olha.” Eu digo: “Desde o tempo em que me vaiavam na rua que eu aprendi a ir olhando só para frente.” Eu andava olhando para frente. Camelô, que chamavam nesse tempo de marreteiro, esses vendedores da rua, todo mundo se achava no direito de me vaiar: “É hippie?!” Mas aí eu entro na universidade, as pessoas dão força, eu vou participar de um grupo de teatro, que é o Laborarte. Aí eu vou ter mais força é dessas pessoas: “Que legal. Está igual à Ângela Davis.” Essas pessoas que tinham acesso à informação já viam a minha aparência vinculada com o movimento negro americano. É bem verdade, eu disse: “Eu estava fazendo, por enquanto, o ‘meu movimento’”. Era isolado. Mas aí eu já começava a pensar: “Eu tenho que fazer alguma coisa. Isso é mais sério do que pensam.”

A análise de Mundinha Araújo sobre sua experiência é bastante expressiva de como o rompimento com o mito da democracia racial passa, muitas vezes, por duas etapas: uma conscientização pessoal (o “meu movimento”) que, em seguida, se transforma em um movimento de sensibilização de outros, tanto negros como brancos (há que fazer algo, pois “isso é mais sério do que pensam”). Chama atenção também como, nesse período, esse tipo de tomada de posição vinha acompanhado de um necessário enfrentamento, dado principalmente pela reação de amplos setores da sociedade a uma afirmação da negritude.

Junto com a afirmação da negritude e o rompimento com o mito da democracia racial, e até corroborando esse processo, vinha a necessidade muito premente de conhecimento do que estava se passando na África (os movimentos de libertação) e nos EUA (o movimento pelos direitos civis). Como já anunciado no trecho da entrevista de Carlos Alberto Medeiros citado acima, apesar de a revista ser bastante específica para a sociedade norte-americana, ela trazia muitas coisas que permitiam uma identificação com a situação do negro no Brasil. As lideranças do movimento negro da década de 1970 trataram de conhecer, muitos de forma ávida, tudo o que se produzia sobre as lutas dos negros em outras partes do mundo. Impressiona como algumas referências são citadas por todos: *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon, os poemas de Agostinho Neto, o exemplo de Martin Luther King, Ângela Davis e muitos outros. Em cada trajetória de vida essas influências vão aparecendo em momentos específicos, e produzindo resultados determinados, ora contribuindo para a formação da consciência negra, ora transformando-se em forma de luta. Veja-se, por exemplo, como a biografia de Martin Luther King incidiu sobre a formação de Hédio Silva Jr., atual secretário de Justiça do governo de São Paulo:

Um tio, que é nove anos mais velho que eu, foi durante muito tempo meu super-herói. E nós íamos passar as férias de verão e de inverno em Minas. (...) Ele que me ensinou a andar de bicicleta, a nadar, aquelas coisas... E com 12 anos mais ou menos eu encontrei – eu ficava fuçando as coisas dele, eu queria ser ele –, eu encontrei um livro que era uma biografia do

Martin Luther King, que ele havia lido. Eu tinha 12 anos... Em 74, 73 mais ou menos, eu encontro esse livro lá em Três Corações e eu fiquei encantado com aquilo. Era uma biografia muito ilustrada, com muitas fotos. Eu li o livro e fiquei com aquilo na cabeça: “Que legal que nos Estados Unidos tinha uma negrada que ficava junto...” A biografia falava muito também sobre a mulher do Martin Luther King, a família, a trajetória dele. Este fato foi, um pouco, digamos assim, um *start* em termos de elaboração mesmo, de começar a elaborar, de começar a racionalizar experiências que obviamente nós vivenciávamos no cotidiano com as piadas, com a convivência com os colegas, e também em situações de conflito, com a coisa do macaco, com as ofensas que tinham um componente racial explícito.

Uma recorrência interessante, verificada em muitas entrevistas, é o contato com um número especial da revista *Realidade* dedicado à questão racial.<sup>3</sup> Ivair Augusto Alves dos Santos, fundador, no governo paulista de Franco Montoro (1983-1987), do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, primeiro órgão do poder público criado para tratar especificamente da questão racial, considera essa revista um marco na sua juventude:

E aí, o que me impactou naquele momento? Sabe o que foi? Foi a revista *Realidade*. Eu era um leitor da revista *Realidade*, assim... Para ter uma idéia: imagina você andar daqui até o centro da cidade; eu fazia isso só para poupar a grana para comprar a revista *Realidade*. (...)

*Pergunta* – Mas a revista *Realidade* era uma revista ampla, tratava de assuntos...

Mas teve um número, rapaz, teve um número que foi especificamente sobre racismo. Aquele número foi demolidor.

*Pergunta* – E o senhor tinha 16 anos quando leu?

16, 17 anos. Um número demolidor.

*Pergunta* – O senhor acha que a leitura desse número pode ser considerado um marco para...

Claro. (...) Essa revista foi um impacto grande, uma daquelas leituras que marcaram muito a minha trajetória. Porque várias daquelas pessoas que deram entrevista, depois eu cruzei com elas na militância.

Mundinha Araújo, já como professora, fez uso da revista para tentar discutir a questão do racismo com suas colegas:

Aí nós já começávamos a falar dessa história do preconceito racial. Eu lembro que a revista *Realidade*, eu não sei se foi em 1967, a lembrança que eu tenho é que foi o primeiro veículo de comunicação a abordar essa questão do preconceito racial. Aí eles fizeram a experiência

---

<sup>3</sup> *Realidade* – revista mensal da Editora Abril, que circulou de abril de 1966 até 1976. Com reportagens em torno de temas polêmicos e inovações gráficas, chegou a alcançar a tiragem de 400 mil exemplares em seu primeiro ano de circulação.

de mandarem para um hotel um casal de negros e um casal de brancos. Para os negros não tinha vaga e para os brancos tinha vaga. Aí nós levamos isso para o colégio e começamos a discutir.

De um lado, portanto, essas publicações incidiam sobre a formação de uma consciência individual e, de outro, eram instrumento de disseminação dessa mesma consciência, que o militante procurava fazer emergir entre seus pares, principalmente negros como ele. Magno Cruz, outra importante referência do movimento negro no Maranhão desde o início dos anos 80, relata como foi atingido por essa estratégia inicial. Ele chegou a assinar a ata de fundação do Centro de Cultura Negra (CCN) a convite de Mundinha Araújo, entretanto levou um certo tempo até passar a ser um militante ativo na entidade.

Eu sou fundador fictício, porque não fui fundador orgânico que estava lá no início, nas primeiras reuniões que tiveram as participações de Gilberto Gil e outras figuras de nível nacional que estavam por aqui e participaram da fundação realmente do CCN, no dia 19 de setembro de 1979. Aí, quando tinha alguns seminários, ela [Mundinha] me convidava. E eu participava dos seminários. Qual era a minha resistência em me engajar no trabalho do CCN? Eu não me considerava negro. Inclusive o meu apelido na faculdade era “moreno”. Quem não conhecia meu nome, o pessoal de outras turmas, me chamava de moreno. E eu era crente que eu era moreno. Então essa questão da identidade é muito complicada, não é?

*Pergunta* – Mas a Mundinha também podia ser morena, não é?

É.

*Pergunta* – Mas ela se considerava negra.

Essas contradições... Eu não dizia que eu não ia porque não me considerava negro. Mas no fundo essa resistência eu tinha. Achava: como eu ia participar de uma entidade do movimento negro se eu não me considerava negro? Mas com os seminários e com as palestras que houve, vieram vários historiadores, o Joel Rufino veio dar cursos... A Mundinha deu o encaminhamento que eu acho que foi o melhor possível, porque foi de formação. Então as primeiras reuniões a que eu fui no CCN eram reuniões de estudo. Era uma sala talvez um pouquinho maior do que essa aqui, quando dava mais de 30 pessoas, tinha que ficar gente do lado de fora, e era texto para a gente ler, era jornal para a gente ler, para discutir, livros... Eu tinha que levar um livro para casa e na outra semana eu devolvia para alguém ler. Então foi formação mesmo para a gente aprender. Ninguém sabia nada sobre a história do negro. E aí com esses cursos, esses seminários de que eu fui participando, eu fui percebendo que era negro.

Durante algum tempo, a discussão de textos e o debate concentravam as estratégias de luta. Amauri Mendes, fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), no Rio de Janeiro, em 1974, é bastante claro nesse sentido. Perguntado sobre qual era o objetivo da Sinba, respondeu:

As entidades diziam que tinham objetivos, mas, na verdade, o que a gente fazia era aglutinar e discutir, e tentar fazer eventos chamando a atenção para o problema racial. Organizava semanas de debates, algum tipo de evento que pudesse mexer com a sociedade. Primeiro para informar a gente mesmo, aglutinar mais gente. A gente dizia: “Precisamos ter audiência, falar sobre isso.”

Carlos Alberto Medeiros, que freqüentava essas e outras reuniões no Rio de Janeiro, descreve o ambiente em algumas delas:

Começamos essas reuniões que tinham um caráter até muito catártico. Saía um “pau” imenso, as pessoas discutiam, brigavam, e no final choravam... Eram muito caóticas. Depois a gente começou a dar alguma orientação, algum sentido. Embora isso nunca evitasse necessariamente as outras demonstrações, porque, afinal, eram pessoas que pela primeira vez estavam podendo discutir e trazer até seus problemas pessoais, que eram importantes também. Foi lá que eu me lembro que começou a haver também uma reunião separada das mulheres. Então, havia uma reunião geral que começava às quatro, mas as mulheres começavam a delas às duas. Esse foi, de certa forma, o embrião de tudo o que tem acontecido depois.

É muito interessante perceber como essa estratégia um pouco caótica de discussões e debates se repetiu em diferentes locais do país. Hédio Silva, por exemplo, participava, no final da década de 1970, de uma organização negra chamada Movimento Sócio-Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos, na qual se liam livros.<sup>4</sup> Perguntado sobre que livros eram lidos, respondeu:

Na verdade, a gente lia qualquer coisa. Eu me lembro que, em uma época, surge no grupo o Ismael, que havia sido colega do Ivair na Universidade Federal de São Carlos, e o Ivair,

---

<sup>4</sup> O relato de seu ingresso nessa organização, aliás, merece uma citação (mais uma vez trata-se de experiência recorrente, segundo nossa pesquisa): “Eu tinha 18 anos, um pouco menos, e estava procurando emprego. Era muito cedo, aquele horário que a gente sabia que quem estava no ponto de ônibus estava procurando emprego. E tinha um cara negro e a gente ficou ali, e a gente se cumprimentou – isso é uma coisa que ainda hoje eu acho que é muito freqüente: em geral, quando se cruzam, os negros se cumprimentam, as pessoas se reconhecem, se cumprimentam, sobretudo se é em um espaço que não é um espaço de grande freqüência, em que a presença negra seja algo, digamos, tida como natural. Digamos, nos corredores da universidade, no aeroporto: você cruza com um negro, as pessoas se reconhecem. Enfim, a gente falou: “Oi.” E ele me deu um jornalzinho cujo nome era *Pixaim*, de uma organização negra chamada Movimento Sócio-Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos. E aí eu me lembro que eu fiz logo uma crítica a ele: ‘Vocês precisam trabalhar mais para divulgar o movimento, as pessoas não conhecem.’ Ele disse: ‘Pois é, quem sabe você possa ajudar a gente a divulgar...’ Eu fui e estou lá até hoje. Então, o engajamento mesmo foi depois que eu tomo contato com esse grupo e aí vou... É um fato que marca a minha vida.”



nessa época, morava em África, de onde ele mandava jornais e livros para algumas pessoas. Eu me lembro que li Amílcar Cabral, li textos do Samora Machel, um livro de poemas do Agostinho Neto que eu achei muito... Fiquei perplexo quando vi um médico revolucionário que era um poeta, me parecia incompatível a condição de revolucionário com a condição de poeta. Há um autor que eu me lembro que a gente discutiu bastante, um psiquiatra que estudou o colonialismo na África: Frantz Fanon. Mas a gente lia de tudo, o que caísse... *Palmares: a guerra dos escravos* de Décio Freitas, o cara que escreveu o primeiro livro sobre Palmares, um historiador do Rio Grande do Sul; Clóvis Moura – o livro que a gente lia era o *Rebeliões da senzala*... Enfim, o que surgisse no grupo a gente lia e discutia. Então era uma complicação porque você estava lendo sobre a experiência das lutas independentistas em África lusófona e estava lendo o psiquiatra que estudou efeitos psíquicos do colonialismo em África, e Décio Freitas, enfim, tudo o que pintasse de preto, de racismo, a gente lia. E eu lia tudo, eu lia mais. Alguns caras não liam tanto, mas então a gente discutia: não lia mas participava da reunião, portanto se inteirava de alguma forma daquele tema. Mas a gente lia tudo, qualquer coisa.

Os poemas de Agostinho Neto são outra recorrência na formação dos militantes na década de 1970. Djenal Nobre Cruz, figura importante no movimento negro de Sergipe, onde fundou o Partido dos Trabalhadores, relata como o contato com a publicação foi importante para a definição de sua atuação política:

Angola tinha sido liberta em 1974, mais ou menos, e eu tinha um livro de Agostinho Neto chamado *Poemas de Angola*, que eu li e me impressionei com os poemas, achei fantásticos os poemas. Então, a partir daí eu disse: “Eu tenho que fazer uma opção de luta.” Já tinha uma opção política, mas tinha que ter uma opção de luta, tinha que focar. A partir daí eu comecei a descobrir essa questão racial.

*Pergunta* – Como o senhor chegou a esse livro do Agostinho Neto?

A gente já tinha uma discussão política e tinha uma opção solidária à Angola, à libertação. (...) E esse livro de Agostinho Neto circulava no meio para debater os poemas, para recitar os poemas, e eu comecei a ficar interessado sobre isso. E adorei isso. Comecei a me descobrir como negro nessa trajetória política. Aí eu disse: “Tenho que fazer uma opção. Ficar com a minha opção política, mas focar a minha luta dentro do movimento negro de Sergipe.” (...) No momento que se discutia a questão da Anistia, aquele projeto de Anistia da ditadura, havia uma efervescência cultural muito forte e rolava muita coisa de fora. As guerras africanas estavam na moda, todo mundo sabendo o que estava acontecendo, a libertação dos países africanos. E tinha uma livraria, que era a livraria do Bosco Rolemberg,

do PC do B. Ele era uma figura do partido que foi preso na época da ditadura. Voltou e botou essa livraria. Todo sábado ele tocava violão e dizia assim: “Todo sábado à tarde a batidinha de bebida eu dou, vocês vêm aqui, lêem um livro, debatem e vão embora.” Ele fazia com o maior prazer isso.

*Pergunta* – Ele era branco?

Negro. Então acostumou todo mundo a entrar lá às três da tarde do sábado, ele tocava violão, e a livraria assim pequenininha. Tinha um livro e a gente falava: “Veja aquele livro ali.” E nesse momento a editora do *Pasquim* lançou um livro de Angola, a editora Codecri lançou um livro desse tamanho assim, branquinho. Naquele momento a Brasiliense também lançou *O que é?, O que é socialismo?*, foi um momento muito interessante. Então estava na prateleira *Angola*. Peguei para ler. Aí passei uma semana com o livro, ele me emprestou. Voltei outra vez e comprei o livro depois. Eu tenho esse livro até hoje. Comprei o livro depois e foi isso que me interessou muito. E o debate lá era um debate político, todo mundo de esquerda, e a gente discutia tudo, discutia a Revolução Angolana, a Russa, Anistia, era um caldo cultural muito grande. Eu fui um privilegiado. Pouca gente teve esse privilégio lá em Aracaju, de estar convivendo com essas figuras que tinham um acúmulo de discussão muito grande em Sergipe.

A experiência descrita por Djenal Nobre Cruz permite chamar a atenção para outro ponto, igualmente recorrente nas entrevistas aqui examinadas: a relação entre a formação do movimento negro contemporâneo e a efervescência política da época da Abertura, com destaque para os vínculos que se estabelecem com agremiações de esquerda. Esse contexto fica muito claro, por exemplo, no relato que Amauri Mendes faz das atividades desenvolvidas no início da década de 1980 pelo Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, no Rio de Janeiro:

Assumimos a direção em 1982 e dissemos: “A casa é nossa e vamos fazer coisas diferentes, vamos agitar.” Aí fizemos. Uma época de muita política, a volta dos exilados, a anistia ampla, geral e irrestrita, um processo intenso de fermentação política... Conseguimos então um espaço grande para a gente poder atuar. Então nós fizemos uns ciclos – o Yedo é que é o cabeça, que planejou muito bem isso na época: “Sociedade e questão racial”, “Partido político e questão racial”, “Igreja e questão racial”, tudo podia ser junto com a questão racial. E aí foram ciclos de conversas, de discussões, que não terminavam nunca. Toda semana tinha um diferente.

*Pergunta* – Alguém era chamado para falar?

Em todos. A gente colocava um de fora e um nosso para falar.

*Pergunta* – Tinha público?

O IPCN entupia. Muita gente. O Brizola fez um. Dom José Maria Pires da Paraíba, era o único bispo negro – era cardeal –, ele veio da Paraíba. Fomos pegá-lo no aeroporto...

A trajetória de Yedo Ferreira, mencionado por Amauri Mendes, é também um exemplo da articulação entre a constituição do movimento na década de 1970 e os movimentos de esquerda. Membro do Partido Comunista Brasileiro de 1955 até pouco depois do golpe de 1964, sua experiência política foi importante para a estruturação da Sinba, do IPCN e do MNU, de cuja fundação participou nos anos 70. Como diz Amauri Mendes: “O Yedo tinha uma coisa que ninguém tinha: ele sabia fazer estatuto. Ele era um quadro do Partidão e isso era um diferencial. Ele sabia como registrar a organização, fazer as jogadas nas atas, ele sabia esse processo institucional. E nós não tínhamos essa cultura.”

Em São Paulo, a relação com agremiações de esquerda também foi expressiva. Flávio Jorge Rodrigues da Silva, um dos fundadores do Grupo Negro da PUC, em 1979, lembra como o início da discussão sobre a questão racial, na faculdade, e a própria fundação do MNU estiveram ligados ao chamado Núcleo Negro Socialista:

Eu começo a militar no movimento estudantil da época e (...), pela participação, começo a virar uma liderança dentro da escola a que eu pertencia, que era a escola de ciências contábeis. (...) E a gente cria a primeira comissão pró-DCE livre da PUC. Não existia DCE, não existia nada. (...) Aí eu concorro para a primeira chapa do DCE – a gente já não estava mais com o PC do B, a gente vai ter a organização própria dessa Liga Operária, já se aproximava desse grupo que seria a Convergência mais à frente –, a gente concorre e perde a direção do DCE. Aí eu conheço (...) o Astrogildo, que hoje mora no Rio. Ele estudava na PUC, fazia ciências sociais. Um dia, a gente tomando cerveja, ele fala assim: “Flavinho, você não tem interesse nenhum pela questão racial? Você vai ser o tempo todo do movimento estudantil?” E eu fico meio chocado, porque a minha cabeça era totalmente dirigida para o movimento estudantil. Aí eu falo para o Astrogildo: “Nem sei da existência de movimento...” Eu já era do núcleo estudantil da Liga Operária, que atuava. Ele disse assim: “Nós temos um agrupamento dentro da Liga Operária que começa a discutir movimento negro.” Esse grupo se chamava Núcleo Negro Socialista, que foi, na minha opinião, o grupo que começou esse movimento mais à esquerda dentro do movimento negro brasileiro. E esse Núcleo Negro Socialista era um núcleo que impulsionava, aqui em São Paulo, o surgimento do Movimento Negro Unificado, do qual o Miltão fez parte, o Hamilton fazia parte, e o Astrogildo me convidou para fazer parte desse agrupamento dentro da Liga Operária.

É interessante perceber que as articulações com militantes de esquerda, construídas nesse momento de formação do movimento negro contemporâneo, atingiam também a Igreja Católica. Através de padres e seminaristas negros militantes, a Igreja acaba sendo berço de nascimento de importantes organizações negras como os Agentes Pastorais Negros (APNs) e o Grupo de União e Consciência Negra (Grucon). Frei Davi nos relata como surge o Grupo de União e Consciência Negra, do qual fez parte até o rompimento do mesmo com a Igreja Católica em 1981, e sobre sua articulação com militantes de esquerda:

Fizemos vários seminários sobre o negro no Brasil e com gastos financeiros da CNBB. (...) A CNBB financiou grandes assembléias do Grucon. O objetivo era criar um grupo de negros católicos que trabalhasse com qualidade a questão do negro no Brasil. E, ao nascer esse grupo de negros católicos, trouxemos junto para esse grupo pessoas não-católicas, pessoas que eram militantes de esquerda de maneira bem convicta, que trouxemos para essas reuniões também. E esses grupos de negros de esquerda que não tinham referencial católico e outros católicos que tinham grande conhecimento histórico da Igreja no Brasil e no mundo, nas primeiras reuniões desceram um volume imenso de críticas à Igreja, dizendo que ela não tinha autoridade para trabalhar com o tema do negro porque ela foi a maior escravagista do Brasil e do mundo, e que não aceitavam a Igreja botando negros em cabresto e ensinando o negro a lutar por seus direitos; porque essa Igreja foi violenta, escravizou o negro, viveu da escravidão, beneficiou-se da escravidão e, portanto, não admitiam que a Igreja criasse uma pastoral do negro. E em uma das grandes reuniões do Consciência Negra, em que estávamos discutindo o rumo do trabalho, nós negros católicos queríamos usar como estratégia botar a Igreja a serviço da causa, e esses negros não-católicos e outros católicos não admitiam essa estratégia e queriam que todos os negros trabalhassem a defesa do negro fora da Igreja.

As formas de mobilização nesse início do movimento negro contemporâneo vão além das discussões e debates e das convergências com a militância de esquerda. Há todo um espaço preenchido por manifestações artísticas e culturais, como os grupos de teatro e os bailes *soul*, por exemplo, também freqüentados por nossos entrevistados. Nesse universo, o principal efeito era a valorização do negro – o que alguns chamam de elevação da auto-estima. Faziam muito sucesso os bailes no clube Renascença, no Rio, e nos clubes Marcílio Dias e Floresta Aurora em Porto Alegre, e vários outros espalhados por todo o Brasil, os blocos afro em São Luís, Salvador, Belém, Aracaju... Grupos de teatro, atores negros como Milton Gonçalves e Ruth de Sousa, também mobilizavam as energias dos militantes, que, nesse período, passaram a tomar conhecimento (tanto quanto despertavam para as lutas africanas e norte-americanas) de uma história até então

desconhecida de luta contra o racismo no Brasil, com experiências bastante próximas como a do Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento, na década de 1940 e 1950, ou ainda as mais distantes, como a Frente Negra Brasileira, da década de 1930.

Foi um período de muita efervescência, de muita busca de experiências anteriores e contemporâneas, e também de estratégias de luta improvisadas e muitas vezes heróicas. Como disseminar as discussões e os novos conhecimentos e atingir não apenas os que freqüentam as reuniões, mas a “massa” da população negra e não negra? Como transformar aquilo que se está vivenciando em uma experiência mais abrangente? As entrevistas trazem relatos muito interessantes. Por exemplo, em São José dos Campos, Hédio Silva ia para uma feira de artesanato aos sábados de manhã: “A gente ficava ali fazendo discurso para as pessoas, panfletando, dizendo da existência... Basicamente, naquela época, a gente dizia que havia um problema racial no Brasil. Tentava convencer as pessoas de que havia um problema racial no Brasil, e de que era um problema grave.” No Rio de Janeiro, Amauri Mendes montava uma banquinha no subúrbio:

A gente ia para a rua e agitava. Ia para os calçadões do subúrbio vender o folheto do Sinba. A gente levava uns megafones de latão, com uma boca enorme. A gente recuperou aquilo, porque era do meu tempo de infância, mandei um cara fazer, um funileiro. Paguei uma “merreca” e o cara fez. E a gente ia para os subúrbios. Chagas Freitas, tentando urbanizar um pouco, fez os grandes espaços de comércio se tornarem calçadões, onde não podia passar trânsito – por pressão do comércio, se tornavam espaços exclusivamente comerciais, lugares com canteiros. E ali era ótimo para a gente, porque a gente chegava com uma parafernália de mapas, de cartazes com letras feitas em homógrafo... Por exemplo: pegamos extratos de discursos contra o colonialismo, frases do Luther King, desenhos da Ângela Davis, Panteras Negras, Black Power, desenhos do Luther King. Tinha artistas – o Roberto K-zau fez para a gente o Luther King, o Mahatma Ghandi, Malcolm X, todos desenhos. A gente colocava aquilo nas praças, pendurava, levava pregador, pregos, pregava nas árvores, e fazia uma verdadeira... A gente chamava “Ação do negro na rua.” Era a agitação. A gente chegava lá, botava uma banca, botava os jornais em cima e começava a gritar: “O Movimento Negro! Estamos na luta!” O povo achava meio estranho, mas aos poucos o pessoal começou a aceitar.

Outra estratégia era a exibição de audiovisuais que contavam a história da África e do negro no Brasil, como estímulo para o debate sobre a questão racial. Como descreve Frei David, fundador do Educafro, que participou da formação dos Agentes Pastorais Negros e do Grupo União e Consciência Negra (Grucon), fundado nos anos 80.

Nós projetávamos *slides* sobre a história do negro no Brasil, dando a eles consciência histórica, porque entendíamos que a consciência histórica é o primeiro passo para o despertar de consciência. Quem produziu esses *slides* fomos nós, uma equipe grande, com a assessoria do Ibase. Um deles chamava-se *A história que não foi contada*, o outro, *A vida renasce da luta*. (...) Nós acreditamos que fizemos mais de 200 cópias para todo o Brasil. Foi algo assim marcante porque, nas comunidades ligadas à Igreja Católica e onde tinha muitos negros, nós conseguimos fazer passar muito esses *slides*. Eu acho que fiz mais de 300 projeções, só eu mesmo com a minha equipe, na Baixada Fluminense. Fizemos projeções na Central do Brasil, em pleno horário de pico: a gente botava lá o projetor de *slides* e projetava os *slides*...

Ivanir dos Santos, fundador do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP), em 1989, lembra como todas essas iniciativas o levaram para a militância negra:

Mais ou menos início de 1974, um ex-aluno que foi aluno comigo desde a primeira escola, me chama para uma reunião no MAM, onde passava um *slide* sobre história da África; tem os bailes *black power* na época. (...) Eu já ia no Grape da Penha, no Grape de Padre Miguel, tinha aqueles circuitos... E ali começou então o meu contato com essa história mais do movimento negro. Porque foi justamente a partir dessas reuniões que saíram as organizações negras do período.

*Pergunta* – E essas reuniões do MAM, como eram?

Eu lembro que o Carlos Alberto Medeiros passava uns *slides* e falava da saga dos negros desde o Egito. O Medeiros falava muito isso. Tinha muitas pessoas...

O próprio Carlos Alberto relata como eram as atividades com os *slides*:

Uma das primeiras atividades que o IPCN fez foi passar um audiovisual que eu produzi, intitulado *Passado africano*, que era sobre os impérios africanos do Sudão Ocidental. (...) Era interessante porque era essa história: puxar a coisa do passado... Isso foi muito em cima de um material, coisas que eu recebi dos Estados Unidos: Reino de Gana, Império de Mali e Songhai... E era um negócio que eu passei em muitos lugares. Vinha com a história e puxava... O Paulo Roberto dos Santos diz que eu fazia chamava minha palestra de “Da melanina ao século XXI”, porque eu vinha desde a coisa do surgimento da humanidade, o fato de a humanidade ter surgido na África, dos primeiros seres humanos precisarem da melanina como proteção contra os raios de sol, por causa do grau de insolação daquela região... Como é que as outras, chamadas, raças aparecem, o processo da síntese da vitamina

D... Eu vinha dessa história toda até discutir questões atuais. Então eu usava o audiovisual como um chamariz. Era bem feito, tinha uma música bonita, e funcionou bem durante bastante tempo. (...) Passamos esse audiovisual já em julho de 1975 na cinemateca do MAM. (...) A cinemateca estava apinhada de gente. Quando terminou: “Então, agora vamos falar sobre o trabalho...” Eu que ia falar. Umas 300 pessoas... Eu sou um cara tímido, mas eu tenho – isso é um negócio meio paradoxal – eu tenho facilidade de fazer isso. E aí, fui. Comecei e descobri uma outra veia. (...) Então eu percebi que isso eu podia fazer sozinho e contribuir. Qualquer instituição me chamava, eu me lembro de pegar ônibus para fazer uma palestra lá em – claro que era mais tranqüilo fazer isso – em Acari, em uma escola do lado de um riacho fedorento, do mesmo jeito que ia à PUC, em qualquer lugar.

Percebe-se que as formas de atuação dos diferentes “fundadores” do movimento negro contemporâneo dialogam com as características do racismo no Brasil e se concentram, nesse primeiro momento, nas estratégias de questionamento do mito da democracia racial. As influências são muitas e as áreas de atuação, não estando definidas, estão abertas a diferentes possibilidades: panfletos, debates, audiovisuais, teatros, produção de jornais, dança, leitura de livros e revistas, penteado afro etc. Todos os entrevistados avaliam que o esforço inicial valeu a pena, especialmente comparando-se essas formas iniciais de mobilização com a situação do movimento negro atual. As formas de luta certamente mudaram – usar cabelo afro já não causa espécie, e comprar uma revista não constitui necessariamente uma decisão política.

Carlos Alberto Medeiros lembra um congresso afro-brasileiro que ocorreu na PUC do Rio de Janeiro, em 1972:

Uma coisa que me marcou muito foi que se discutiam questões religiosas, várias questões ligadas aos negros e às culturas africana e afro-brasileira, e todos os participantes eram brancos, exceto dois africanos. Um deles era o Anani Dizdizenyo, (...) um cara de Gana que tinha escrito uma tese de mestrado sobre o Brasil, que o Itamaraty correu a desmentir na Inglaterra – o que, evidentemente, só deu mais publicidade à tese... (...) E o outro africano era um cara chamado Okim, que era de Camarões. Então os únicos negros que estavam não eram brasileiros. Hoje seria impossível realizar um congresso afro-brasileiro assim. Acho que é um sinal de que a gente avançou.